



Acta Scientiarum. Education

ISSN: 2178-5198

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Magno Magre Mendes, Claudinei

A importância da pesquisa de fontes para os estudos históricos

Acta Scientiarum. Education, vol. 33, núm. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 205-209

Universidade Estadual de Maringá

Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303326604006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A importância da pesquisa de fontes para os estudos históricos

Claudinei Magno Magre Mendes

Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Av. Dom Antônio, 2100, 19806-900, Assis, São Paulo, Brasil. E-mail: mendes.claudinei@gmail.com

RESUMO. Em nosso texto procuramos chamar a atenção para o fato de que, na questão das fontes, o aspecto mais importante é o pesquisador que as considera. Essa consideração é produto da história, o que faz com que, em cada época e segundo a posição social e política do investigador, se conceba as fontes de modo particular. Assim, não existe um modo de tratá-las que esteja desvinculada da maneira como o pesquisador se coloca diante das questões do presente.

Palavras-chave: concepção de história, historiografia.

ABSTRACT. The importance of research sources for historical studies. In our text we try to call the attention to the fact that, concerning the sources, the most important aspect is the researcher who considers them. This consideration is a product of history, thus in each period and according to his social and political status, the researcher will conceive the sources in a particular way. Therefore, there is no single way to deal with the sources, which is unrelated to how the researcher behaves in relation to contemporary issues.

Keywords: conception of history, historiography.

Introdução

Até algum tempo atrás, as fontes eram tratadas, de um modo geral, de maneira indistinta. Prevalecia, quando muito, a recomendação dos autores positivistas, expressa, por exemplo, em historiadores como Glénisson (1961), de que as fontes deveriam ser submetidas a duas análises, a externa e a interna. A primeira dizia respeito à autenticidade da fonte. A segunda tratava da veracidade das informações contidas na fonte. Para efetuar esta segunda análise era necessário confrontar essa fonte com outras, com o intuito de confirmar ou não as informações nela contidas.

Atualmente, não apenas se ampliou o conceito de fonte, sendo que novas foram incorporadas ao trabalho do historiador, como existe uma reflexão sobre as mesmas. Não apenas o grande número de pesquisas, mas igualmente seu amadurecimento, tem colocado a necessidade de se fazer uma reflexão sobre elas. Por exemplo, há vinte anos, fazia-se pesquisa em jornais, tratando-o como uma fonte igual às demais. Nos dias de hoje, há igualmente uma reflexão sobre o jornal como fonte. Há uma compreensão de que, por suas características, o jornal constitui uma fonte distinta de outro tipo de fonte e, portanto, merece um tratamento especial (LUCA, 2005; LUCA; PINSKY, 2009). Podemos afirmar o mesmo em relação às outras fontes.

Isto não apenas é um indício de maturidade da pesquisa, o que é de fundamental importância, mas

significa que o próprio pesquisador se inclui no ato da pesquisa. Ele reflete acerca da fonte que utiliza, analisa-a, buscando estabelecer aquilo que ela pode oferecer, assim como sua verdadeira natureza e limites.

Reflexões sobre as fontes e seu uso

É preciso, antes de tudo, observar que, desde algumas décadas, a História tem ampliado significativamente seu conceito de fontes, considerando que tudo constitui fonte para os estudos históricos. Além das fontes escritas, o vestuário, os objetos de decoração, a fotografia, utensílios em geral, etc. constituem materiais com que o historiador procura recuperar a vida dos homens no passado. Neste texto, trataremos, basicamente, das fontes escritas que, de nosso ponto de vista, são as mais significativas para o estudo da história.

É preciso lembrar também de algo óbvio, que, na prática, parece não sé-lo: as fontes não foram produzidas como fontes. Num primeiro momento, fizeram parte da história, foram produzidas para atender a determinadas finalidades; somos nós, estudiosos das questões relativas ao passado, que as transformamos em fontes de pesquisa. Os materiais, que transformamos em fontes e documentos, foram elaborados para diferentes finalidades e com motivações distintas. Uma lei emanada do Estado, um poema, um texto filosófico, um quadro ou uma

escultura, uma peça de mobiliário ou vestuário, uma carta, uma reportagem, um depoimento, a descrição de uma localidade, de uma sociedade, de uma paisagem, tudo isso nasce como elemento da vida humana. Posteriormente, pela ação dos próprios homens, são convertidos em fontes.

É preciso alertar, ainda, para o aspecto não cumulativo da história no sentido de que cada geração acrescentaria algo àquilo que foi produzido pela geração anterior. Muitas vezes, uma maneira de conceber a história é instituída justamente em oposição e, frequentemente, passando ao largo do que foi produzido pelos historiadores da geração passada.

Além disso, é importante assinalar que, em uma mesma época, podem existir diferentes maneiras de interpretar a história. Por ocasião da Revolução Francesa, por exemplo, mal deu ela seus primeiros passos e distintas interpretações desse acontecimento surgiram, cada uma expressando um segmento, um grupo ou interesses da sociedade. Ao longo da história da França, para ficar apenas nela, a cada época ou circunstâncias políticas, foram elaboradas distintas maneiras de interpretar essa revolução.

As diferentes maneiras de conceber a história podem ter concepções distintas de fontes. Consequentemente, as fontes de uma dada concepção de história podem não ser as mesmas quando se trata de outro modo de entender a história.

Apenas para dar um exemplo: em 1929, quando a Escola dos Annales foi criada, seus fundadores criticaram a história então praticada por entenderem que se tratava de uma história que valorizava os grandes personagens e cuja preocupação se restringia à história política, como as guerras, deixando de lado os fundamentos da sociedade, seus aspectos econômicos e sociais. Afirmavam que essa história, que caracterizavam como história política, captava apenas a superfície dos fenômenos históricos, sua espuma. Em contraposição, os historiadores da Escola dos Annales valorizavam as relações sociais, a produção, a economia, as ideias, sem se esquecerem, é claro, da própria política (BURKE, 1991).

Em 1974, os historiadores franceses Jacques Le Goff e Pierre Nora (1976a, b e c) publicaram *Faire de l'histoire*, uma coletânea em três volumes com textos de vários autores e que deu início a uma corrente historiográfica conhecida como História Nova (LE GOFF, 1998). A importância dessa publicação, para aquilo que nos interessa mais de perto, está no fato de que seus autores julgaram que, para estabelecer uma nova concepção de história, era preciso tratar da questão sob vários ângulos. Por isso, cada volume teve um subtítulo, assim traduzidos no Brasil: Novos problemas, Novas abordagens e Novos objetos.

Como se pode perceber, os fundadores dessa nova maneira de fazer a história julgaram que, para romper com a concepção então vigente, era preciso estabelecer novos problemas, novas abordagens e novos objetos. Não se poderia, entendiam eles, fazer uma nova história mantendo-se os problemas, as abordagens e os objetos da concepção que criticavam e com a qual pretendiam romper. Isso abriu caminho para a ampliação da noção de fontes.

Um historiador afirmou, com razão, que a História, aqui entendida como conhecimento histórico, diz respeito mais ao presente do que ao passado. Com efeito, somos nós que fazemos determinadas indagações ao passado, levamos-lhe determinadas questões e, portanto, o concebemos de dada maneira. Assim, a cada concepção de história, a cada maneira de se entender a história, corresponde uma maneira própria de encarar o passado.

Tomemos um exemplo. Nas primeiras décadas do século XIX, na França, surgiu um grupo político, denominado Doutrinários, cuja posição era bastante particular quanto às questões da sua época. De acordo com esse grupo, o ciclo da Revolução deveria ser encerrado, mas sem que se abrisse mão das suas conquistas. Assim, de um lado, opondo-se aos setores radicais, segundo os quais a revolução não havia alcançado todos os seus objetivos, os Doutrinários entendiam que a revolução deveria ser concluída. Por outro lado, opondo-se igualmente aos setores que pretendiam não uma volta ao passado, algo então impossível, mas a recuperação de alguns dos privilégios destruídos pela revolução, os doutrinários eram da opinião que somente se poderia encerrar o ciclo revolucionário mantendo-se as conquistas da revolução (MENDES; OLIVEIRA, 2005).

Esse grupo, juntamente com outros setores, assumiu o poder em 1830. Dele participava com destaque François Guizot, que desde então entrou em uma nova fase de sua vida política. Na década de 20, na Sorbone, ele havia ministrado dois importantes e concorridos cursos que, posteriormente, foram publicados como "História geral da civilização na Europa", em um volume, e "História da civilização na França", em quatro volumes, que eram, em suma, obras que fundamentavam politicamente a posição dos Doutrinários (GUIZOT, 1843). A partir de então, Guizot participou ativamente na vida política do país: foi eleito deputado, foi ministro do Interior até 1832, quando foi nomeado ministro da Instrução Pública, ocupando cargos públicos até 1848.

Importa aqui observar que Guizot empenhou-se ativamente em recolher, organizar e publicar documentos da história da França, bem como fundar arquivos para a sua guarda, que, assim, ficariam à

disposição dos estudiosos da história. Além de criar um Comitê de trabalhos históricos e científicos, ele instituiu também a função de Inspetor Geral de Monumentos Históricos. Toda essa intensa atividade de recolher, organizar, catalogar, arquivar e publicar tal material tinha como finalidade a elaboração de uma história da França que fosse ao encontro dos anseios políticos dos que haviam chegado ao poder em 1830. Augustin Thierry (1853), por exemplo, um dos maiores historiadores desse período, utilizou justamente este material para elaborar suas obras, além de contribuir para sua organização.

Não devemos considerar de forma moralista a atividade de Guizot, julgando que ele instrumentalizou a história com finalidade política. Consciente ou inconscientemente, explícita ou implicitamente, a história é sempre um instrumento de luta política.

Todavia, ainda que se possa afirmar que a obra de um autor é explicada pelo seu comprometimento com as questões da sua época, o fato é que esse comprometimento varia de autor para autor. Alguns deles estão completamente comprometidos com essas questões, ou seja, diretamente envolvidos com os embates que então são travados em sua época. Outros, pelo contrário, encontram-se bastante afastados destes embates e, portanto, seu comprometimento é menor ou mesmo nulo. Mas, mesmo assim, somente podem ser explicados pelas questões da sua época.

É preciso lembrar que, como foi assinalado no início, é o presente que, com seus valores, suas indagações, seus problemas, atribui um sentido o passado etc. Constitui ingenuidade supor que, em nosso ofício, recuperamos o passado tal como ele aconteceu. Com efeito, o passado não existe em si mesmo. Ele somente ganha um determinado formato a partir do presente, ou seja, o formato é dado pelo historiador.

Se Guizot empreendeu um monumental esforço para dotar os historiadores de uma quantidade imensa de fontes para que pudessem elaborar uma história nacional da França, julgando esta atividade essencial para determinados fins políticos, devemos destacar, no entanto, que também é possível fazer história sem fontes, sem documentos. Pode-se fazer história sem eles, mas não sem política. Em 1958, o Partido Comunista do Brasil definiu, de maneira categórica, que a revolução no Brasil tinha caráter democrático-burguês. Para esse partido, existiam relações de natureza feudal ou semifeudal que entravam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para que este se instituisse de vez, abrindo caminho para uma posterior revolução de natureza

socialista, era preciso remover esses entraves por meio de uma revolução que fosse antifeudal, promovendo uma reforma agrária, e, ao mesmo tempo, fosse anti-imperialista, emancipando a economia nacional. Nesse mesmo ano, Nelson Werneck Sodré (1958), vinculado ao Partido, tinha publicado um livro composto de vários textos, intitulado “Introdução à revolução brasileira”. Em um deles, sobre a colonização do Brasil, Sodré concluiu, após uma série de considerações, que a colonização do Brasil teve caráter capitalista: “Não temos dúvida, a colonização do Brasil teve caráter capitalista”. Evidentemente, o livro havia sido publicado antes de o Partido definir-se, de vez, em torno da revolução democrático-burguesa.

Entre 1960 e 1962, Caio Prado, também membro do Partido, embora se opusesse à sua interpretação oficial, publicou artigos nos quais afirmava que, no Brasil, nunca haviam existido relações de natureza feudal ou semifeudal e que a parceria, caracterizada pelo Partido como uma relação de natureza feudal ou semifeudal, era uma relação assalariada ou de emprego. Evitou, é verdade, defini-la como capitalista, mas criticou a concepção do Partido Comunista e as consequências políticas que dela derivavam (PRADO JUNIOR, 1979).

Supõe-se que, para responder e criticar Caio Prado, o Partido tenha escalado alguns de seus intelectuais. O livro do Sodré, por exemplo, foi novamente publicado. Na terceira edição do mesmo texto, Sodré (1963) apenas supriu o parágrafo onde caracterizava a colonização como capitalista e, introduzindo alguns novos parágrafos, finalizou com a afirmação de que ele não tinha dúvidas de que a colonização teve caráter feudal.

Destaque-se que, já na sua primeira edição, o livro não era fruto de uma pesquisa com as fontes, com os documentos. Era fundado, basicamente, em textos de historiadores, ou seja, de segunda mão. Na sua terceira edição, também sem fazer qualquer pesquisa, sem modificar o texto, como observei, Sodré apenas fez uma adaptação à posição do Partido¹.

Em 1963, também em resposta a Caio Prado, outro membro do Partido, Alberto Passos Guimarães (1963), publicou um livro, *Quatro séculos de latifúndio*. Qualquer pessoa que tenha experiência e intimidade com a pesquisa histórica, ou seja, que tenha feito estudos com base em documentos e em textos de época, que tenha ido às fontes, pode

¹É importante não deixar a impressão de que Sodré era um autor esquemático e mecanicista como muitas vezes é apresentado. Desde a década de 20, este autor produziu uma obra bastante interessante. Seus livros da década de 30 e 40, crítica literária e ensaios, são importantes, totalmente distintos dos livros que veio a escrever mais tarde motivados pela luta política que se desencadeou nos inícios da década de 60.

perceber que Guimarães não fez isto e elaborou um texto segundo o esquema formulado pelo Partido Comunista. Esse autor apenas escreveu um livro, no qual, também citando historiadores e documentos citados por eles, apenas confirmava a tese do Partido. Em suma, o autor já tinha o esquema interpretativo, bastava apenas recheá-lo.

Dessa maneira, com base na tese formulada pelo Partido, que também não era resultado de uma pesquisa em fontes, os dois autores elaboraram livros cujo objetivo era a luta política, reafirmando a maneira de o Partido interpretar a história do Brasil. Esses livros nada mais eram do que a concretização de uma posição pré-concebida.

A existência e a pesquisa em fontes e documentos não são, por outro lado, garantia de que a pesquisa não seja efetuada a partir de ideias pré-estabelecidas. Costuma-se afirmar que, diante de verdades estabelecidas, verdadeiros dogmas, os fatos são desnecessários. Vamos dar um exemplo: a Carta de Doação e o Foral das Capitanias Hereditárias (BIBLIOTECA NACIONAL, 1929). Existe uma interpretação consagrada na historiografia brasileira de que, com a colonização, estabeleceu-se no Brasil uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade, no latifúndio. Entretanto, chegamos a uma conclusão distinta ao considerarmos o que está determinado nas cartas de doação e nos forais, instrumentos legais para a ocupação do Brasil e apropriação do seu solo.

Primeiro, havia a determinação de que as terras de sesmarias fossem dadas às pessoas de quaisquer condições ou qualidades, rompendo, assim, com o princípio de acesso ao solo por meio do título ou sangue. Trata-se, portanto, de uma imensa revolução.

Segundo, o critério de doação de terras era econômico. As terras eram doadas segundo a condição econômica de quem a recebia. O objetivo era doar terras que pudessem ser realmente ocupadas produtivamente por quem a recebia, aproveitá-las, como então se dizia. Enfim, o tamanho das terras doadas não deveria exceder as condições econômicas de quem as recebia. Determinava-se mesmo que quem recebesse uma sesmaria tinha o prazo de três a cinco anos para ocupá-la produtivamente, sob pena de perdê-la.

Como o critério era econômico, encontramos indivíduos que recebiam uma sesmaria, de, mais ou menos, uma légua por três léguas; outros, meia sesmaria, outros, ainda, um quarto de sesmaria e assim por diante. É claro que o nervo da colonização, segundo termo da época, era a grande propriedade, o engenho, mas ocupada produtivamente. A partir disso, da grande propriedade, do engenho, e somente por causa dela, é que se instituíam

propriedades de várias dimensões, lavradores de cana, plantadores de mandioca para fabricação da farinha, de produtores de outros meios de subsistência, como milho, legumes, etc. Encontramos, assim, além de pequenos produtores que trabalhavam com sua família, desde proprietários que possuíam dois, cinco, dez, vinte escravos até proprietários que possuíam cem, duzentos, quatrocentos escravos. Estudos realizados sobre o período compreendido entre finais do século XVIII e início do XIX mostram uma paisagem social e econômica bastante diversificada, com propriedades de diferentes dimensões e com um comércio interno bastante intenso (BARICKMAN, 2003).

Evidentemente, não somos ingênuos a ponto de afirmar que a lei era cumprida rigidamente. Encontramos, é verdade, propriedades que iam muito além do tamanho estabelecido legalmente. Mas, a intenção da Coroa era que as propriedades, de modo geral, fossem ocupadas produtivamente, pois delas saíam a sua renda e a do capitão donatário. Foi justamente para evitar a ocupação improdutiva do solo que se instituíram as determinações arroladas anteriormente. Sem produção não haveria renda.

Todavia, essas informações não são suficientes para demover os que se apegam à interpretação estabelecida. Nada vai demover essas pessoas, já que o que pensam decorre de certa posição política no presente e, por conseguinte, determinada maneira de se entender a história do Brasil. Documentos como as cartas de doação e os forais apenas confirmam o que querem ver. De certa maneira, tanto para eles como para os representantes do Partido Comunista, os documentos são desnecessários. Como já foi observado, para quem tem a verdade os fatos são meros detalhes.

Por fim, de tudo o que foi afirmado nesta apresentação, pode-se deduzir que não se deve supor que, ao se acercar das fontes, dos documentos, pode-se desvincular de quaisquer valores, indagações, preocupações ou questões, como se se pudesse apreender o que esses materiais dizem. É preciso ter sempre presente que nós, pesquisadores de um modo geral, temos uma participação ativa no processo de investigação. Somos nós que fazemos as fontes, fazemos os documentos falarem, responderem às nossas questões. Por conseguinte, não é uma teoria acerca das fontes, mas o modo como se encara o presente que constitui o elemento determinante da maneira como o passado é concebido, portanto, como as fontes são encaradas. Insistindo: é o modo como se concebe o presente que conduz a eleger determinadas fontes e fazer-lhes determinadas indagações.

Assim, o trabalho de pesquisa das fontes, da descoberta de novas fontes, sua organização, catalogação, o estudo para se conhecer as intenções dos seus autores, o contexto, inclusive intelectual, em

que essas fontes foram elaboradas, sua forma ou gênero, os interlocutores de seus autores, quando é o caso, tudo isso é fundamental para se fazer um trabalho de investigação científica. É preciso fazer perguntas. Por exemplo, os motivos pelos quais um escritor está ou não está no cânone do país, as razões porque eles apenas são mencionados, quando o são, em notas de rodapé e assim por diante. Todos esses procedimentos são importantes e decisivos para um trabalho científico.

O contato com as fontes, a disposição de, atentos às mudanças operadas na história, reconhecer que se vive em determinada época, com suas questões e problemas próprios, e que, por conseguinte, as perguntas que foram feitas no passado não são, necessariamente, as que se deve fazer na atualidade, são atitudes fundamentais para alinhar o passo com as exigências dos dias que correm.

Assim, retomando-se a questão da pesquisa das fontes para os estudos históricos, verifica-se que ela é decisiva àqueles que, interessados em fazer perguntas ao passado, não se esquecem que vivem no presente e não podem modificar o passado. A não ser que se pretenda corrigir o presente segundo sua interpretação do passado.

Considerações finais

Como conclusão, a partir do que foi dito, pode-se chamar a atenção para alguns pontos.

As teorias não devem ser assimiladas sem que passem pelo crivo da nossa história. De nada adianta expor uma teoria, mantendo-a no plano teórico, sem fazê-la descer ao solo. É preciso levar em conta a história do seu país.

Por isso, mencionaram-se alguns episódios da nossa história não sem razão. Tomar as formulações acerca da questão das fontes de maneira teórica, em seu aspecto geral, sem examinar como isto se processou entre nós, pouco nos adianta. É preciso compreender a questão das fontes sob a luz de nossa experiência particular. Tocqueville (1982), homem político e historiador francês, em sua história da revolução francesa, afirmou que quem conhecia apenas a história da França era incapaz de compreender esta revolução. Por isso, comparou a história da França com a da Alemanha e da Inglaterra para buscar aquilo que era específico da França e que poderia, assim, explicar os motivos que fizeram a revolução explodir na França e não em outro lugar.

Pelo que foi exposto, acreditamos ter ficado claro que, na discussão sobre o uso das fontes, entendemos que o elemento principal não são as fontes propriamente dita, mas os estudiosos, os pesquisadores, enfim, aqueles que se propõem pesquisar e organizar as fontes ou analisá-las. São os homens, segundo o modo como encaram as questões do presente, que determinam o que deve

ser considerado fontes, que lhes fazem as questões ou perguntas, o modo como são trabalhadas, etc. Quando se trata de examinar tudo isso, o foco deve ser a perspectiva que se adotou em relação às fontes e não elas propriamente.

Referências

- BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Foraes, doações, regimentos e mandatos**: 1534-1551. Rio de Janeiro, 1929. v. XIII.
- BURKE, P. **A Escola dos Annales**. A revolução francesa da historiografia. São Paulo: Unesp, 1991.
- GLÉNISSON, J. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Fulgor, 1963.
- GUIZOT, F. **Cours d'histoire moderne**. Bruxelles: Société Typographique Belge, 1843.
- LE GOFF, J.; NORA, P. **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976a.
- LE GOFF, J.; NORA, P. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976b.
- LE GOFF, J.; NORA, P. **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976c.
- LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- LUCA, T. R.; PINSKY, C. B. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MENDES, C. M. M.; OLIVEIRA, T. **Formação do Terceiro Estado**. As comunas. Coletânea de textos de François Guizot, Augustin Thierry e Prosper de Barante. Maringá: Eduem, 2005.
- PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SODRÉ, N. W. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- SODRÉ, N. W. **Introdução à revolução brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- THIERRY, A. **Essai sur l'histoire de la formation et des progrès du Tiers Etat**. Réimpression de l'édition de Paris, 1853. Genève: Mégriotis Reprints, [s.d.].
- TOCQUEVILLE, A. **O antigo regime e a revolução**. 2. ed. Brasília: UNB, 1982.

Received on May 22, 2011.

Accepted on July 25, 2011.